



O LOCKDOWN NA ITÁLIA, O FECHAMENTO DE ESCOLAS E A RESPOSTA DO MOVIMENTO DE PROFESSORES E PAIS DE ALUNOS¹

THE BLOCKAGE IN ITALY, THE CLOSING OF SCHOOLS AND THE RESPONSE OF THE MOVEMENT OF TEACHERS AND PARENTS OF STUDENTS

Roberto Villani²

Resumo:

Este ensaio procurou evidenciar o quadro de enfrentamento pelo qual passou a escola pública italiana frente ao avanço da COVID-19 nos países europeus. A Itália caracterizou-se como um dos países mais afetados pela COVID-19 e as escolas foram fechadas com pouca orientação do Ministério da Educação, cabendo, inicialmente, aos professores tomar iniciativa para o cumprimento do programa escolar. Posteriormente, houve a intervenção governamental que propôs a *Didattica a Distanza* (DAD) como forma de Ensino à Distância (EAD), contudo, revelou-se como um método classista e com acesso limitado para as crianças com deficiência. Houve, como reação da sociedade, o surgimento do movimento “Prioridade à Escola” que defendia a escola presencial enquanto o movimento sindical enfatizava o problema da segurança das escolas. Em março de 2021 a escola já se mostrava em nova fase de fechamento, quando assumiu o novo governo de Mario Draghi que, apesar de receber verbas do Fundo de Recuperação europeu, não conseguiu evidenciar progresso no quadro anterior. A COVID-19 destacou na Itália os problemas da escola pública massacrada por 20 anos de reformas neoliberais e corporativas que renderam cortes indiscriminados no seu orçamento. Conclui-se que dificilmente as questões estruturais da escola serão tratadas de maneira diferenciada pelo governo Draghi.

Palavras-chave: COVID-19; didática à distância; Movimento Prioridade à Escola

Abstract:

This essay sought to highlight the situation of confrontation that the Italian public school went through on advance of COVID-19 in European countries. Italy was characterized as one of the countries most affected by COVID-19 and schools were closed with little guidance from the Ministry of Education, and initially it was up to teachers to take initiative to comply with the school program. Subsequently, there was the governmental intervention that proposed *Didattica a Distanza* (DAD) as a form of Distance Learning (Distance Learning), however, it proved to be a classist method with limited access for children with disabilities. As a reaction from society, there

¹ Traduzido do italiano por: Rogério Gonçalves de Freitas. River Esat Trascona School Division – Canadá. E-mail: rogeriogonfrei@yahoo.com.br.

² Licenciado em Ciência Motora, professor do Istituto Comprensivo Carlo Levi, em Roma. E-mail: r.villani@libero.it

was the emergence of the "Priority to School" movement that claimed the presential school while the trade union emphasized the problem of a safety school. In March 2021 the school was already in a new closing phase, when it took over the new government of Mario Draghi, who, despite receiving funds from the European Recovery Fund, failed to show progress in the previous framework. COVID-19 highlighted in Italy the problems of public school massacred by 20 years of neoliberal and corporate reforms that have yielded indiscriminate cuts in its budget. It is concluded that the school's structural issues will hardly be treated differently by the Draghi government.

Keywords: COVID-19; distance didactics; Priority to School Movement

Na Itália, um dos países europeus mais afetados pela covid 19, a disposição para fechar escolas para a contenção da pandemia foi emitida em 5 de março de 2020 e afetou todo o território nacional. Foi um momento terrível para todo o país. As imagens dos mortos e a situação na qual cidadãos estão trancados dentro de suas casas produziu um lockdown ainda mais rígido. O fechamento das escolas marcou a “normalidade” de uma nação.

Inicialmente, o Ministério da Educação deu pouca orientação às escolas, aos diretores e aos professores sobre como lidar com esta fase difícil. Ninguém sabia ou imaginava como seria esse novo momento na vida das pessoas. Foi por iniciativa dos professores que, embora com grande dificuldade, o programa escolar foi executado. De fato, muitos professores se organizaram de forma independente, para dar continuidade às aulas e ao percurso escolar de casa, por meio do uso do cadastro eletrônico ou de plataformas online.

Posteriormente, o Ministério interveio com uma circular para endossar substancialmente as ferramentas já utilizadas pelos trabalhadores da escola, com particular referência para as aulas de vídeo realizadas em plataformas educacionais. Métodos de ensino digital inicialmente não previstos no contrato dos próprios professores italianos (aprovados apenas em novembro de 2020), mas que ainda eram por eles utilizados foram implementados para dar continuidade às aulas. Este tipo de intervenção recebeu inicialmente a designação de DAD (*Didattica a distanza*), ou seja, “Ensino à Distância-EAD” e posteriormente, com a contratualização mais recente do projeto, chamou-se de “Ensino Digital Integrado”.

Mas as limitações dessas formas de ensino à distância foram imediatamente evidentes, tanto para professores quanto para pais e alunos. A Educação à Distância de fato se revelou imediatamente como um método de ensino classista com acesso limitado das crianças que não possuíam computadores, *tablet*, linhas de internet e nem casas apropriadas para concentração no estudo. Esses métodos de ensino também têm sido ainda hoje um problema para as crianças com deficiência, que precisam ser constantemente acompanhadas de forma empática e com contato físico por professores especializados.

Não menos importante foram as crianças que em casa não podiam ser assistidas de forma consistente pelos pais (talvez ocupados no trabalho) durante os deveres de casa. Na ausência de uma relação empática com o professor, muitos alunos participavam pouco e mal das aulas, perdendo horas importantes de formação. Fala-se de uma violação real do direito à educação.

Em maio de 2020, nasceram movimentos de protestos de pais e professores os quais questionavam o DAD como ferramenta eficaz de ensino substituindo o ensino tradicional. O termo “Ensino à Distância” foi substituído por “Ensino Emergencial”, justamente para indicar a necessidade de um caráter temporário dessa medida. No dia 23 de maio de 2020, vários trabalhadores do setor da educação juntamente com pais de estudantes saíram às ruas em direção ao Ministério da Educação dando origem a um movimento denominado “Prioridade à Escola”. Dentre as principais reivindicações estava o regresso seguro às escolas. Esta primeira mobilização foi seguida por outras, como a paralização de 3 de junho de 2020 pelos professores, assim como a greve dos sindicatos confederais em 8 de junho para um novo protesto do movimento “Prioridade à Escola” em 26 de junho, além de muitas assembleias on-line sobre o tema do retorno seguro à escola, organizadas por professores, pais e sindicatos.

Em todos estes casos, a principal reivindicação foi da redução do número de alunos por turma e o contraponto a política de ‘turmas de galinheiro’ (na Itália em média são mais de 30 alunos por turma, um número que deveria ser substancialmente reduzido pela metade para se pensa rem retomar às aulas com segurança), mas também a aquisição de espaços públicos para serem usados como salas de aulas.

Infelizmente, a resposta do governo a essas demandas foram fracas e insuficientes. No Ministério falava-se inicialmente de painéis de resina acrílica para repartir os espaços entre as carteiras; de compra de bancos monopostos com rodas ... Soluções que pareciam improvisadas para não atender ao principal imediato: contratação de novos funcionários, professores e técnicos administrativos.

Falou-se ainda em concursos para trabalhadores temporários, programados de forma questionável (o sindicato tinha pedido concursos de habilitações e exames para encurtar os tempos de admissão) e de vagas absolutamente insuficientes para cobrir as reais necessidades da escola. Por fim, pensou-se em contratar ‘professores COVID’, substitutos, que poderiam ser demitidos imediatamente em caso de lockdown. Proposta discriminatória, não estrutural e séria também do ponto de vista sindical, que levou vários professores e trabalhadores temporários a se mobilizarem novamente no primeiro semestre do ano letivo 2020/21.

No entanto, a situação não mudou. No ano letivo de 2020/21, foram contratados os estão professores “Covid” (precários) e funcionários administrativos precários para iniciar o ano, embora em número insuficiente para cobrir as necessidades. O Ministério da Educação decidiu então inicialmente reabrir as escolas de forma presencial para o jardim de infância (até 5 anos), a escola primária (até 10 anos) e a escola secundária de primeiro grau (até 13/14 anos), enquanto as escolas secundárias e institutos técnicos continuaram a trabalhar com a Educação à Distância, em meio a protestos de pais e ao movimento “Prioridade à Escola”. Esta diferenciação foi explicada pelo enfoque, sobretudo, no problema do transporte público, utilizado pelas crianças mais velhas e, por não ter sido reforçado, foi considerado insuficiente para acomodar com segurança o regresso dos alunos mais velhos.

Entre outras coisas, havia também discriminação e uma espécie de «rixa» entre os professores das escolas de ensino fundamental e médio que eram enviados para trabalhar presencialmente, muitas vezes sem as medidas de segurança adequadas, e os do ensino médio que continuavam a trabalhar em casa com EAD. Pessoal insuficiente, turmas ainda numerosas,

equipamento de proteção individual (EPI) inadequado, falta de médicos escolares e ausência de um sistema de rastreamento funcional, de fato, levaram muitos professores a adoecer com Covid (incluindo o autor deste escrito), como também houve bastante mortes.

O movimento de protesto dos professores foi dividido infelizmente: de um lado o movimento ‘sindical’ e Representantes Sindicais Unitários alinharam-se por uma maior atenção ao problema da segurança, de outro, o movimento “Prioridade à escola” (com uma componente parental cada vez mais forte) ainda objetivou, principalmente, fazer frente contra a Educação à Distância e reconquistar a escola presencial a qualquer custo.

Uma crítica justa às perigosas condições de trabalho a que estavam submetidos, sobretudo, os trabalhadores da creche e ensino fundamental que trabalhavam em turmas ainda superlotadas e sem médico escolar, bem como, a crítica igualmente acertada ao DAD do movimento “Prioridade à Escola”, que de qualquer maneira alcançou sucesso visto que, desde janeiro de 2021, mesmo as escolas secundárias voltaram a lecionar presencialmente, mesmo com modalidade híbrida.

Neste momento (final de março) a escola está em uma nova fase de fechamento. Duas semanas de bloqueio generalizado foram enfrentadas devido ao novo aumento de casos de Covid relacionados às diferentes variantes em circulação (versão inglesa, brasileira, sul-africana da Covid etc.) Apenas algumas crianças com deficiência foram à escola, as outras estão em EAD e apenas nos próximos dias irão regressar presencialmente, mesmo que não se saiba por quanto tempo. Retomaram-se, portanto, novas lutas, do movimento “Prioridade à escola” e dos sindicatos, como o sindicato ‘Cobas’ que foram às ruas em greve nos últimos dias.

Na verdade, o principal problema permanece, uma vez que não são feitas as suposições necessárias e o número máximo de alunos em cada turma não mudou. E mesmo com a atual mudança de governo (passamos recentemente do governo de Antonio Conte para o governo do ex-presidente do BCE, Mario Draghi), não há progresso deste ponto de vista. O novo ministro da educação, um economista, de fato falava inicialmente apenas de novas contratações genéricas, mas não houve qualquer declaração sobre a possibilidade de redução de turmas (ou turmas de galinheiro como se diz), o que seria viável com o dinheiro que entra da Europa (o chamado Fundo de Recuperação), mas que não está entre os projetos deste enésimo governo “técnico” formado por banqueiros e economistas.

De fato, com toda a probabilidade, pelo menos com base nas informações que chegam até agora, não haverá aumento do número de pessoal e o dinheiro do Fundo de Recuperação será utilizado para implementar plataformas digitais e não para reduzir o número de alunos nas salas de aula. Uma estratégia e uma utilização do dinheiro europeu que seria realmente séria se, como tememos se revelasse bem fundamentada.

A escola pública italiana deve ser adequadamente subsidiada (hoje o percentual do PIB reservado às escolas está entre os mais baixos da Europa), com contratação de pessoal, novos espaços e recomposição dos cortes feitos ao longo dos anos. Sabe-se que nenhum dos professores e pais são inclinados a educação digital.

O mesmo Ministro Bianchi reiterou a sua confiança na chamada “autonomia escolar”, autonomia econômica e organizacional que rege as escolas italianas há vários anos e que nesta fase pandêmica se revelou um verdadeiro desastre, pois justamente quando uma gestão centralizada de

o problema teria sido necessária, cada estabelecimento escolar teve que ‘se virar’ mesmo com as diferenças territoriais e regionais nesta pandemia.

É claro que face a estas decisões e quadros não implementados, a falta de recrutamento, o número de alunos nas turmas sempre elevado, a falta de médicos escolares, a autonomia escolar não questionada como se encontra, o movimento escolar pode apenas neste momento continuar sua batalha classista pelo direito a educação de qualidade. O Covid é um acontecimento desastroso, e continuará a devastar a escola por muito tempo, mesmo com tempos prolongados das operações de vacinação, que para os professores têm sido feitas nestes dias (fevereiro-março de 2021), porém, vai muito devagar pela falta de doses e pelas vicissitudes relacionadas com a vacina Astra Zeneca, até então reservada aos trabalhadores das escolas.

O Covid destacou substancialmente os problemas da escola pública italiana, massacrada por 20 anos de reformas neoliberais, e corporativas, lançadas por governos de centro-direita e centro-esquerda e ainda por cortes indiscriminados no orçamento educação pública. Esses problemas precisam ser resolvidos, empenhando todos os recursos econômicos necessários para o propósito de contratar mais professores, pagando-os adequadamente (os professores italianos, embora altamente treinados e preparados, estão entre os menos pagos na Europa) e melhorar as próprias estruturas das escolas, mas infelizmente dificilmente serão tratadas da maneira certa por um governo como o de Draghi e o novo ministro da Educação Bianchi, os quais estão alinhados aqueles que, no passado, cancelaram a escola pública italiana da Constituição.